



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL Nº 3.784, DE 27/09/2013

Dispõe sobre o pagamento de diárias para suportar despesas de viagem dos agentes públicos municipais.

(Lei revogada pelo art. 23 da Lei Municipal nº 4.142 de 01.11.2017)

~~A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º O servidor da Administração Direta e Indireta que se afastar do município em caráter eventual ou transitório por motivo de serviço, para participação em eventos ou cursos de capacitação profissional, fará jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com hospedagem, alimentação e transporte urbano.~~

~~§ 1º Equipara-se a servidor para fins do disposto nesta Lei, o representante de outra instituição ou da sociedade civil que integre órgão ou conselho municipal, assim como o prestador de serviços técnicos especializados, que houver que se deslocar para outra localidade, quando e exclusivamente a serviço ou no interesse do Município, nas seguintes hipóteses:~~

~~I — para participação em eventos ou cursos de capacitação e aperfeiçoamento, afetos às funções do órgão ou conselho, desde que:~~

~~a) a participação não seja custeada pela instituição promotora do evento, não admitido o pagamento de diárias para participantes excedentes ao número de vagas disponibilizadas para o órgão ou conselho municipal;~~

~~b) a indicação do participante seja realizada em assembleia do órgão ou conselho; e~~

~~c) haja rodízio sistemático entre os indicados pela assembleia, certificada em ata de reunião em que se realizou a indicação;~~

~~II — para apresentação ou defesa de projetos ou propostas técnicas junto a órgãos de fiscalização, controle ou de deliberação, inclusive de caráter ambiental, quando as despesas de deslocamento e hospedagem não constituam objeto do contrato de prestação de serviços e a participação do técnico no evento seja imprescindível, devidamente justificada pelo secretário responsável;~~

~~§ 2º Não se aplica o disposto no inciso II, do § 1º deste artigo, quando por sua natureza, a defesa do projeto ou da proposta constitua objeto natural dos serviços a serem prestados, ainda que não previsto no edital de licitação ou no contrato.~~



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

~~§ 3º Além das diárias devidas pelo período de afastamento, o servidor fará jus ao recebimento das passagens intermunicipais, salvo quando fornecido pela administração meio próprio de transporte.~~

~~Art. 2º As diárias de viagem serão concedidas conforme o período de afastamento do servidor, sendo considerados como termos inicial e final para contagem do período de afastamento:~~

~~I - no caso de uso de veículo oficial, o horário da partida e o de retorno ao local de guarda, registrados no controle de utilização do veículo;~~

~~II - no caso de uso de veículos locados ou fretados, o horário da partida e o de retorno do veículo ao ponto oficial de referência;~~

~~III - em viagens nacionais por meio de transporte rodoviário, o horário de embarque no local de origem constante no comprovante de passagem e o horário de desembarque no retorno ao local de origem oficialmente considerado pela concessionária de transporte público;~~

~~IV - em viagens por meio de transporte aéreo, o horário de desembarque no local de destino e o horário de embarque no retorno ao local de origem, constantes no cartão de embarque.~~

~~Parágrafo único. Quando forem utilizados meios mistos de transporte, os termos inicial e final de afastamento serão considerados cumulativamente, vedada a sobreposição de períodos.~~

~~Art. 3º As despesas de viagens dos servidores serão pagas por um dos seguintes critérios:~~

~~I - pelos valores referenciais constantes da tabela anexa a esta Lei, observado o respectivo destino;~~

~~II - pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização, nos casos de emergência em que não for possível o adiantamento previsto no artigo 9º desta Lei, vedada indenização em valores superiores aos constantes da tabela do anexo único desta Lei;~~

~~III - pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão de despesas;~~

~~IV - por meio de utilização do contrato com agência de viagem, celebrados com base na legislação vigente, não podendo neste caso:~~

~~a) os gastos com alimentação e pousada serem superiores aos valores que seriam devidos ao servidor pelo sistema de diárias;~~



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

~~b) serem concedidas diárias diretamente ao servidor, e os valores das diárias de hotel e alimentação deverão respeitar os valores aplicados ao caso, previstos na tabela constante do anexo único desta lei.~~

~~Parágrafo único. Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e despesas equivalentes.~~

~~Art. 4º As diárias serão integrais ou proporcionais, considerada a localidade de destino e o período de afastamento, sendo:~~

~~I — diárias integrais, com base nos valores constantes do anexo único desta Lei, quando:~~

~~a) o servidor se afastar por período igual ou superior a doze horas e inferior a vinte e quatro horas e se fizerem necessárias despesas de hospedagem devidamente comprovadas por meio de documentos fiscais válidos;~~

~~b) o servidor se afastar por período igual ou superior a vinte e quatro horas, dispensada a comprovação de despesas de hospedagem.~~

~~II — diárias proporcionais, em percentuais dos valores constantes do anexo único desta Lei, considerados os seguintes critérios:~~

~~a) 50,0% (cinquenta por cento) para cada período de afastamento igual ou superior a doze horas e até vinte e quatro horas, quando:~~

~~1) houver alimentação ou pousada gratuitas incluídas em evento para o qual o servidor esteja inscrito;~~

~~2) quando a viagem exigir apenas alimentação e deslocamentos urbanos no local de destino;~~

~~3) quando não houver comprovação de despesas com hospedagem, nos termos da alínea “a” do inciso I, deste artigo;~~

~~a) 30,0% (trinta por cento), quando o período de afastamento for igual ou superior a dez horas e inferior a doze horas;~~

~~b) 25,0% (vinte e cinco por cento), quando o período de afastamento for igual ou superior a seis horas e inferior a dez horas.~~

~~Art. 7º Para autorização de viagem o requisitante deverá apresentar os formulários devidamente preenchidos, conforme regulamento, contendo no mínimo o destino, datas e horários previstos para partida e retorno.~~

~~Parágrafo único. Compete ao Prefeito Municipal a autorização da viagem quando os solicitantes forem secretários municipais ou equivalentes e assessores diretos, permitida a delegação, e aos Secretários Municipais, nos demais casos.~~



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

~~Art. 8º Para ser processada em tempo hábil, a solicitação de diária deverá ser recebida pela Secretaria Municipal de Fazenda com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para saída.~~

~~Art. 9º Nos casos de emergência, devidamente justificados, será liberado o adiantamento de numerário cujo valor ficará a critério do Prefeito Municipal ou do responsável pela Secretaria Municipal de Fazenda.~~

~~Art. 10. As diárias de viagem serão empenhadas previamente e os recursos serão liberados ao servidor antes da sua viagem.~~

~~Art. 11. Será concedido ao servidor adiantamento de numerário para aquisição de passagens no caso de deslocamento terrestre, nos termos e limites desta Lei.~~

~~Art. 12. Não são autorizadas viagens de servidor em veículos particulares, exceto veículos locados ou fretados, desde que seja exigida a contratação de seguros em favor do servidor e de terceiros.~~

~~Art. 13. Independentemente da forma de custeio, será obrigatória a apresentação do relatório de viagem em 2 (duas) vias, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o retorno do servidor, com a juntada das passagens ou de suas cópias, quando for o caso.~~

~~Art. 14. O servidor que por qualquer motivo não se afastar da sede do município ou retornar antes do prazo previsto, fica obrigado a restituir os valores recebidos a título de diária e/ou de adiantamento, integralmente ou a parcela excedente, no prazo de 2 (dois) dias úteis.~~

~~Art. 15. A não observância dos prazos previstos nos artigos 13 e 14 desta lei sujeitará o servidor a processo de tomada de contas especial, vedada a concessão de novas diárias ou qualquer tipo de adiantamento ao respectivo servidor enquanto a prestação de contas estiver pendente de aprovação.~~

~~Art. 16. Nos casos de glosa ou rejeição total ou parcial das contas, os valores não aprovados deverão ser recolhidos aos cofres públicos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a notificação do servidor, sob pena de aplicação do disposto no art. 15 desta Lei.~~

~~Art. 17. No caso de não restituição aos cofres públicos dos valores devidos, poderá a administração pública proceder ao desconto diretamente em folha, observados os limites estabelecidos pela legislação.~~

~~Art. 18. Havendo necessidade de prorrogação do afastamento do servidor, devidamente justificada em relatório circunstanciado e devidamente aprovado pelo respectivo secretário municipal, serão liberadas as diárias complementares.~~



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

~~Art. 19. É vedada a concessão de diárias relativas a sábados, domingos e feriados, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade.~~

~~Art. 20. Os valores fixados na tabela de valores de diárias serão atualizados periodicamente, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.~~

~~Art. 21. Aplica-se o disposto nesta Lei, no que couber, aos servidores do Poder Legislativo, excluídos os agentes políticos, que observarão legislação própria.~~

~~Art. 22. O Poder Executivo, incluindo a administração indireta, encaminhará à Câmara Municipal, até o dia 30 de cada mês, a relação dos servidores que receberam diárias de viagens no mês anterior e os respectivos valores, bem como destinos e finalidades das viagens.~~

~~Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 24. Revogam-se as disposições contrárias, em especial as [Leis Municipais nº 2.990, de 06.10.2006](#); e [nº 3.420, de 22.03.2010](#).~~

~~Ponte Nova - MG, 27 de setembro de 2013.~~

~~**Paulo Augusto Malta Moreira**
Prefeito Municipal~~

~~**Maria do Carmo Santos**
Secretária Municipal de Governo~~

~~**Paulo Roberto dos Santos**
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico~~

~~**André Luiz Nunes Santos**
Secretário Municipal de Fazenda~~

~~- Autor (es): Executivo / PL nº 3.263 aprovado em 23.09.2013.
- Publicada em: 30/09/2013~~



MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO ÚNICO
TABELA DE VALORES PARA DIÁRIAS

DESTINO	VALOR REFERÊNCIA
Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro	R\$ 300,00
Capitais, inclusive Belo Horizonte e exceto Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro	R\$ 250,00
Municípios de Araxá, Caxambu, Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Ouro Preto, Patos de Minas, Tiradentes, Uberaba, Uberlândia e municípios de outros estados da federação que não sejam Capitais	R\$ 200,00
Demais Municípios de Minas Gerais	R\$ 140,00